

Economia *Brasil*302
Ajuste fiscal sairá até amanhã

■ Propostas incluem o aumento da CPMF e a prorrogação do Fundo de Estabilização. Presidente fará pronunciamento em rádio e TV

São Paulo — Hélio Romero

Marcos Vianna — 27/6/97

CLAUDIA SAFATLE E
FABIANO LANA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso fará um pronunciamento sobre as medidas do ajuste fiscal hoje à noite ou, no mais tardar, na quarta-feira, em cadeia de rádio e televisão. Há medidas já acertadas, como o aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,35%, e outras ainda em aberto, como a proposta da área econômica de prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). O FEF, que cuja vigência se encerraria em 1999, seria prorrogado até 2001, mas ontem técnicos do governo começaram a sugerir que esse prazo seja esticado para até 2006.

O FEF é uma maneira de o governo federal se apropriar de um naco das receitas tributárias que seriam repartidas com estados e municípios. Hoje ele retém 20% das receitas dos principais impostos. O governo quer também que a retenção salte para 30% ou 40%. Essa é uma das medidas delicadas do pacote, que envolverá negociações com governadores que acabaram de vencer as eleições e prefeitos. Mas é a maneira de a União descarimbar uma parte das receitas dos impostos, que na sua maioria tem destinação pré-estabelecida.

O anúncio do ajuste será seguido de uma reunião do presidente com os líderes do Congresso, a quem caberá aprovar as medidas. A definição sobre o dia e a hora da fala presidencial ainda não estava tomada até o fim da noite de ontem. Mas foi o próprio presidente quem disse que fará um pronunciamento à nação e que depois as medidas serão detalhadas e explicadas pela área econômica do governo.

O presidente também comentou que ainda não decidiu se aprovará a criação da contribuição previdenciária sobre os servidores inativos, conforme propõe o Ministério da Fazenda.

De acordo com o ministro-chefe da Casa Militar, Clóvis Carvalho, "muitas das medidas anunciadas pela imprensa são sugestões e possibilidades que podem ser levadas em conta. As decisões, entretanto, só depois que o presidente assinar". No começo da noite de ontem, o ministro Clóvis Carvalho se reuniu, no Palácio do Planalto, com o ministro Pedro Malan e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Depois, foram todos para o Palácio da Alvorada, para uma reunião definitiva com o presidente.

No leque de sugestões técnicas, constam:

- Aumento progressivo das contribuições do funcionalismo público ativo e inativo (este passaria a pagar), partindo do mínimo de 11% de contribuição para quem recebe até R\$ 1.200.

- Corte de gastos do Orçamento Geral da União para 99 de R\$ 8 bilhões nas contas de outros custeios e capital, que envolve os investimentos nas áreas de saúde e educação e todas as despesas de manutenção da máquina administrativa.

- Tornar obrigatório o recolhimento do Imposto de Renda sobre lucro presumido das empresas.

- Antecipar metade do recolhimento de Cofins de 2% sobre o faturamento das empresas, que deveria ocorrer só no fim de 1999, para o fim deste ano. E acelerar a votação de projeto de lei complementar que define a cobrança de Cofins sobre os bancos.

- Cobrar imposto sobre o consumo de combustíveis.



Horácio Piva, presidente da Fiesp, e Eduardo Eugênio, da Firjan, também ouviram de FH que o ajuste pesará sobre consumo e não produção